

**TC 007.094/2018-3**

**Interessado(s) e matrícula(s):**

Rafael Lopes Torres (3147-0)

**Assunto:** 7ª Reunião do Fórum para Pronunciamentos Profissionais (FIPP) da Intosai em Paris, França, no período de 17 a 24 de março de 2018.

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### INTRODUÇÃO

1. Trata-se de relatório circunstanciado referente à 7ª Reunião do Fórum para Pronunciamentos Profissionais (FIPP) da Intosai em Paris, França, no período de 17 a 24 de março de 2018. Destaca-se, inicialmente, que o TCU participa da reunião na condição de Presidente do Comitê de Normas Profissionais (PSC), que tem assento como observador na reunião do FIPP.

### RELATO

2. Destaco, a seguir, os pontos particularmente relevantes tratados na reunião. Nota detalhada da reunião (em inglês) foi encaminhada às Presidências dos Comitês de Capacitação (CBC) e de Compartilhamento de Conhecimento (KSC) e compartilhada por e-mail com os membros do Comitê de Governança do PSC. Com relação à implementação do atual SDP, há dois projetos em que o PSC é o comitê supervisor e que causam preocupação porque eles ainda não decolaram efetivamente. São os projetos 2.5 (Controles Internos) e 2.6 (Auditoria Interna), ambos sob a liderança do Subcomitê de Controles Internos.

3. As dificuldades desses projetos terem início efetivo têm uma razão estrutural derivada da forma como eles historicamente têm trabalhado e do foco de atuação que eles enxergam para grupo.

4. O subcomitê produziu diversas das INTOSAI GOVs que fazem parte do antigo marco normativo. Esses documentos não são dirigidos para as EFS e os auditores, mas ao governo de uma forma geral. Um dos pressupostos do novo marco normativo é que ele deve contemplar normas e orientações para as EFS e para os auditores, não a outros atores. Um dos grandes objetivos desses dois projetos é agregar os conteúdos relativos a esses dois temas, que estão hoje dispersos em algumas ISSAIs e principalmente em INTOSAI GOVs, identificar e readequar os conteúdos que façam sentido para o público alvo e consolidá-los.

5. Desde o início o grupo foi muito reticente a essa abordagem, achava que era um desperdício deixarmos de nos dirigir a um público mais amplo e focar apenas a atenção das EFS e nos auditores.

6. Quando os documentos de delineamento do projeto (“scoping papers”) foram produzidos pelo FIPP, detalhando o que seria esperado de cada projeto, houve sensível discordância do subcomitê em relação ao escopo proposto. Em relação ao projeto 2.5 isso foi mais evidente e até agora nenhum trabalho concreto foi feito para dar início ao projeto. Houve uma mudança no ponto de contato do FIPP para esse projeto, o que abriu uma expectativa de que pudesse haver avanço, mas nesta reunião o FIPP decidiu que o conteúdo do “scoping paper” deve permanecer o mesmo, o que não é um bom indicativo para o andamento do projeto.

7. Em relação ao projeto 2.6 a situação foi um pouco melhor - apesar das divergências, enxergava-se uma possibilidade de avanço no projeto – houve uma aproximação mais efetiva do ponto de contato do FIPP com o grupo. Finalmente, no início de março o grupo apresentou uma proposta de projeto, que foi analisada nesta reunião do FIPP, mas não aprovada, visto que muitos pontos não estavam adequadamente tratados no projeto. A abordagem como um todo está distante do que se espera para o projeto. O FIPP irá encaminhar uma carta ao subcomitê detalhando esses pontos.

8. Durante esse período, apesar de não caber ao PSC a aprovação da proposta de projeto, em algumas oportunidades atuamos junto ao subcomitê no sentido de quebrar resistências e tentar facilitar o encaminhamento de uma solução que leve ao desenvolvimento dos projetos a contento. Precisaremos pensar em uma nova estratégia para alcançar esse objetivo.

9. Ainda a respeito de projetos do atual SDP, faço alguns comentários sobre dois projetos em que o TCU está participando, como EFS:

#### 2.3 – Auditorias Combinadas (representante do TCU – Carlos Augusto Ferraz)

10. Parece não ter havido uma compreensão adequada do grupo sobre o Due Process. Eles apresentaram uma proposta de projeto sem elaborar antes um “initial assessment”, como exige o Due Process. Colocaram a elaboração desse “initial assessment” como uma etapa do projeto, após a aprovação da proposta de projeto. Uma vez que o conteúdo da proposta está alinhado com o “scoping paper”, o FIPP acabou adotando uma solução um tanto heterodoxa de aprovar o projeto, mas comunicar ao grupo que ele deve encaminhar o “initial assessment” para consideração do FIPP. Apesar de não seguir formalmente o Due Process, considero que essa solução foi positiva, para não criar mais “obstáculos” para um projeto que demorou a ser iniciado e que parece estar indo no caminho certo.

#### Projeto 2.12 – Atividades Jurisdicionais (representante – Tiago Modesto)

11. O projeto foi aprovado para ser incluído no SDP como GUID, não como ISSAI, mas o líder do grupo, que é a França, parece ainda não ter se conformado com isso. Aproveitando que estavam em Paris, fizeram uma apresentação detalhada sobre o projeto, mostrando sua relevância e porquê ele supostamente deveria ser uma ISSAI. Houve até de uma certa forma uma pressão para que o FIPP revisse sua posição. O ponto de contato do FIPP para esse projeto é o representante da França no FIPP (escolha infeliz em minha opinião, até por deixá-lo em uma situação desconfortável), o que complicou ainda mais a situação. Apesar disso, não houve abertura de espaço para que se modificasse o entendimento de que o documento deve ser um GUID.

12. No contato que tive com o Tiago, quando ele participou da reunião do grupo que está redigindo o documento, as impressões não foram das melhores, parecia que a França queria impor um documento, apesar das muitas divergências verificadas durante a reunião. A se confirmar isso, talvez seja importante o TCU discutir qual será o posicionamento dele em relação ao texto que for apresentado. Isso é uma questão que afeta o TCU como EFS e não como Presidente do PSC

13. Um outro tema relevante discutido lá foi a preparação do próximo SDP. Gostaria de destacar um aspecto específico quanto a esse tema.

14. O “Devido Processo” fala que tanto o processo de planejamento quanto o conteúdo do SDP são aprovados pelo PSC-SC, com base em propostas do FIPP. Fica claro, assim, que o FIPP tem um papel relevante, mas que a palavra decisória é do PSC-SC.

---

15. No primeiro SDP isso não aconteceu de fato: como o grande mentor do SDP no FIPP foi o Kristoffer da Dinamarca, EFS que era também a Chair do PSC, e como as coisas foram feitas e aprovadas às pressas, o SDP acabou sendo quase que 100% um reflexo do que o FIPP queria. Agora o processo deve ser diferente, mas a questão que se coloca é o quanto o PSC (e os outros Goal Chairs) conseguem de fato direcionar técnica e estrategicamente a construção do próximo SDP. O FIPP tem 16 membros, muitos deles bem ativos e experientes tecnicamente.

#### **ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO**

16. Apesar dos problemas de coordenação interna do trabalho, principalmente entre as reuniões, eles têm uma grande capacidade de produzir insumos muito bons para o processo. Creio que devemos nos aproveitar disso, mas assumir a direção do processo, o que na prática vai depender do quão seremos capazes de efetivamente fazer isso e de até eventualmente contrapor em alguma medida o que o FIPP propõe, se entendermos que não é o melhor caminho.

SERINT, em 16 de maio de 2018.

Rafael Lopes Torres

AUFC – Mat. 3147-0

*(Assinado eletronicamente)*

---